

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 066/067

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MAIO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Sérgio Spada.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei nº 640/99, de minha autoria, que tem por objetivo incluir o município de Guaraniaçu ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Unescam.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 317/99, item 06, em 2ª discussão, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alusivos aos 53 anos de fundação daquele egrégio Tribunal, que ocorrerá no próximo dia 02 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, através de correspondência a ser encaminhada Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico, CEP 80530-910, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, alusivos ao lançamento do seu livro "Brasil não é para amadores", que ocorrerá no próximo dia primeiro de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encamin-

hada a Rua Mauá, 551, apto. 11, CEP 80.030-200, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Matinhos, alusivos a comemoração dos seus 33 anos de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 12 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Francisco Carlim dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Pastor Elias Abrahão, 22, CEP 83.260-000, município de Matinhos-Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, alusivos a inauguração de sua sede própria, que ocorrerá no próximo dia 02 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente doutor Mário Ferrari, através de correspondência a ser encaminhada Rua Coronel Joaquim Sarmiento, 177, Bom Retiro, CEP: 80.520-230, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Procurador Geral do Estado, senhor Joel Geraldo Coimbra e a secretária de Administração, senhora Maria Elisa Ferraz Paciornik, para que enviem a esta Casa cópia do ato administrativo que autorizou a continuidade do desconto de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas do Estado do Paraná, após a recente decisão em contrário do Supremo Tribunal Federal, bem como, cópia do parecer jurídico que fundamentou tal decisão.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido justifica-se pelo fato de que o Supremo Tribunal Federal, recentemente, se pronunciou

sobre a matéria, decidindo ser indevido o desconto de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, decisão esta que se aplica a todos os entes da Federação.

Não obstante, os referidos servidores continuam tendo descontados em seus contracheques, percentual de 10% referente a contribuição previdenciária.

Desta forma, solicitamos cópia do parecer jurídico e do ato que autorizou a continuação do desconto, para que possamos analisar quais são os fatos e fundamentos de tal decisão, mesmo contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal.

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja oficiado à Excelentíssima senhora Maria Elisa Ferraz Paciornik, secretária de Estado da Administração, para que informe por gentileza, baseado em que dispositivo legal foi procedido o desconto de 10% na folha de pagamento do mês de maio, de todos os aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

Sala das sessões, em 31.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os servidores aposentados e pensionistas do Estado, foram surpreendidos com o desconto de 10% na folha de pagamento do mês de maio em favor da Paraná Previdência.

Temos recebido, ontem e hoje, inúmeros e insistentes pedidos de informações de aposentados e pensionistas sobre a causa de tal desconto, por esta razão, é que estamos tentando obter da Secretaria da Administração as informações necessárias para poder repassar aos interessados.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo senhor desembargador Sidney Zappa, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a Sua Excelência o envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa ou de uma emenda aditiva ao projeto de lei que cria o Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná, visando a criação de mais uma Vara Cível na comarca de Guaruapuava.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Vara Cível na comarca de Guaruapuava tem o apoio dos advogados, juízes, promotores e

da comunidade em geral e vai melhorar a estrutura administrativa do Poder Judiciário, no município.

Guarapuava é uma cidade com mais de 150.000 habitantes, onde os pleitos judiciais são inúmeros, sobrecarregando o fórum e dificultando a prestação de justiça.

Isso desprestigia as instituições e não pode acontecer, pois num Estado Democrático do Direito o Poder Judiciário ocupa posição de realce, já que resolve conflitos entre os cidadãos e diz sobre a aplicação das leis.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado inciso III do art. 11, da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, que foi alterado pela Resolução nº 015/96, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - ...

III - a remuneração do Procurador de 2ª Classe será 2% (dois por cento) inferior a do Procurador de 1ª Classe e a remuneração do Procurador de 3ª Classe será 2% (dois por cento) inferior a de Procurador de 2ª Classe.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de implantar na Assembléia Legislativa do Estado, o mesmo critério que disciplina as carreiras do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente e senhores deputados.

Ontem esta Casa aprovou requerimento de minha autoria encaminhando ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná uma solicitação para que este órgão auxiliar desta Casa emita um Parecer sobre um assunto que é novo no cenário nacional, estadual, um tema totalmente desconhecido de nossa parte, inclusive a própria legislação não trata do assunto.

Mas, minha preocupação, senhor presidente e senhores deputados é porque no município de Foz do

Iguaçu, a atual administração lançou um edital de concorrência para licitação de serviços em regime de empreitada integral, do tipo técnica e preços, cujo objeto é a seleção de empresa ou consórcio de empresas especializadas de gestão de recebíveis de qualquer natureza, recuperação administrativa destes créditos, estudo de viabilidade para modelagem e estruturação jurídica e financeira, visando a securitização dos referidos recebíveis. Então, são um monte de palavras novas, de termos novos, totalmente desconhecidos, pelo menos de minha parte e até onde eu sei a legislação brasileira, paranaense e municipal, não tratam deste assunto.

O fato é que, se levado a cabo este edital, esta concorrência pública, a administração municipal de Foz do Iguaçu estaria habilitada para buscar empréstimos de antecipação de receitas até 30 milhões de reais, senhor presidente, dando como garantia os “recebíveis”, quer dizer, impostos que o município teria para receber, créditos que o município teria para receber.

Então é extremamente preocupante, por que nós estamos vendo o Congresso Nacional, o governo federal, adotando medidas drásticas, duras. Inclusive, recentemente entrou em vigor a nova Lei de Responsabilidade Fiscal que prevê exatamente o estancamento do esvaziamento dos recursos dos cofres públicos municipais, principalmente em ano eleitoral. E este edital que vem acompanhado de uma proposta de “securitização de créditos, de recebíveis” é a priori, uma forma de driblar a legislação, uma forma de dar condições do município buscar recursos, antecipação de receitas, driblando a própria legislação, recentemente entrada em vigor no Brasil, que proíbe este tipo de antecipação de receita às famigeradas e muito utilizadas “AROS” - antecipação de receitas orçamentárias.

Então, senhor presidente, estou extremamente preocupado, até porque é um assunto que movimenta milhões e milhões de reais. A informação que eu tenho é de que outros municípios do Estado do Paraná, - informações não oficiais, - já alçaram mão deste tipo de artifício e conseguiram antecipação de receita junto a instituições financeiras, dando como garantia estes “recebíveis” dos municípios.

Então, para clarear esta questão é que eu formulei este requerimento. Foi encaminhado ontem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Espero que num curtíssimo espaço de tempo o Tribunal emita um parecer a respeito deste edital que está em praça, estão correndo os prazos para a habilitação destas empresas para fazer esta “securitização” em Foz do Iguaçu, para ver efetivamente o que é que está por trás e qual o objetivo deste edital e desta operação, que seria a “securitização dos créditos” do município de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado de Cascavel e região, Antonio Baratter.

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor presidente, senhores deputados, nós criamos um e-mail, por sinal muito utilizado, que tem por nome - Vítimas do telefone - @ bol.com.br.

Há aproximadamente 30 dias, nós recebemos vários consumidores e eles passaram a nos relatar algumas das dificuldades, principalmente com a telefonia fixa. E depois de algumas conversas resolvemos protocolar nesta Casa um projeto de lei que tem por súmula - "Torna obrigatório que a concessionária de serviço público de telefonia, discrimine na fatura de cobrança telefônica informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências".

Um dos artigos desse projeto de lei obriga que na discriminação tenha data da ligação, horário, duração, o telefone chamado e o valor devido.

Muitas pessoas que se dirigiram a esta empresa tentando buscar informações a respeito dos pulsos nunca obtiveram uma resposta concreta e satisfatória. Um professor aqui de Curitiba, do Cefet, também vinha reclamando junto a esta empresa sobre as questões de pulsos. Então ele criou especialmente um programa e pegou um de seus telefones e durante o mês de novembro e dezembro de 1999 ele fez um acompanhamento. Foi o professor de telecomunicações, Wagner Gonçalves Leitão. Ele verificou que os valores elevados de pulsos na sua conta telefônica estavam exagerados. Como ele possuía duas linhas telefônicas, passou a utilizar uma delas exclusivamente para acesso à Internet, de forma que pudesse contabilizar a contagem de pulsos de acordo com as normas de telecomunicações vigentes no País. Nos meses de outubro e novembro de 99 o professor registrou todas as chamadas para os provedores de serviços, contabilizando o tempo de início e fim de cada ligação telefônica. Ao receber as contas telefônicas dos respectivos meses verificou que o valor dos pulsos faturados pela operadora era muito maior que o número que havia consumido. Exemplificando, no mês de outubro ele consumiu 114 pulsos - pulsos faturados, 296 - valores em reais que o professor pagou a mais, 17 reais e 42 centavos. Novembro, pulsos consumidos - 140 - pulsos faturados, 386 - valores em reais pagos a mais, 23 reais e cinquenta e quatro centavos.

Senhor presidente, senhores deputados, na minha cidade de Cascavel um vereador, Leonaldo Paranhos, alguns dias, alguns meses começou também a enfrentar uma luta contra esta empresa. Moveram uma ação civil pública e já conseguiram alguns resultados positivos. Independente da tramitação deste projeto nesta Casa que eu acho que é de fundamental importância, porque ele vem em defesa do consumidor, respaldado no código do consumidor, na legislação da Anatel, na Constituição federal e na Constituição do Estado do Paraná e também

vamos, através de entidades mover uma ação civil pública e discutir com o Procon.

Teremos uma audiência com o ministro das Telecomunicações. E uma das nossas lutas é a respeito do ICMS cobrado, onde o ministro na CBN, segunda-feira, à noite, disse que está buscando alternativas para que seja reduzido o ICMS em um valor aproximado de 20%.

Temos outro projeto, senhor presidente, que também vem na esteira deste e vamos discutí-lo na segunda-feira. É a respeito do 0900. Gostaria de solicitar aos senhores Pares, que pudessem contribuir conosco, para que possamos, enquanto parlamentares, através desse projeto, buscar junto à nossa população, internalizar a importância da cidadania, que muito mais importante que a empresa e muito mais importante que esse projeto, é que muitos dos consumidores, às vezes, ao fazerem os cálculos, observam que têm uma majoração de dois, três ou cinco reais e acabam não reclamando os seus direitos.

Mas como no Paraná temos dois milhões de telefones fixos, acredito que essa é uma luta importante e vou contar com apoio desta Casa.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na legislatura passada, o deputado Florisvaldo Fier apresentava neste Parlamento um projeto, que havíamos aprovado, na época em que Vossa Excelência promoveu a Constituição do Estado do Paraná. E foi sofrível discutir porque Vossa Excelência acatou uma série de emendas e agradeço, porque fiz com a deputada Irondi Pugliesi e com o deputado Aroldo Ferreira. Nas emendas que fizemos na época - tive a satisfação de fazer com a deputada Irondi Pugliesi, esposa do futuro prefeito Waldyr Pugliesi, de Arapongas e com o deputado Aroldo - e uma emenda passou que era a garantia constitucional dos direitos da mulher. A deputada Irondi gritou neste Parlamento durante anos, em defesa da mãe negra, da mãe branca, da cidadania da mulher do Estado do Paraná.

Naquela época pensávamos nós em fazer com que a idéia plantada na constituição e que foi acolhida pelo relator, deputado Caíto Quintana - a deputada Irondi em um trabalho árduo, vibrante, gritamos, imploramos e conseguimos implantar a Delegacia da Mulher na totalidade dos municípios do Paraná! Mas faltava um complemento importante nesta Constituição que ajudei a fazer, para a família do meu Estado. E o doutor Florisvaldo Fier fez um projeto criando uma casa para a mulher violentada. Havia criado também um projeto criando a casa de proteção à mulher violentada, porque recebi uma pesquisa que 90% das mulheres do Estado do Paraná, quando sofre uma violência, quando vê a Constituição do meu Estado e do meu País, rasgada, na sua base, quando ela é violentada,

tada pelo marido, ela corre à Delegacia da Mulher. E a Delegacia da Mulher, lamentavelmente, não quis ouvir o meu projeto de colocar uma psicóloga, uma assistente social, um advogado. Quantos advogados, quantas assistentes sociais, quantas psicólogas estão desempregados e que poderiam ser reaproveitados na Delegacia da Mulher e na Delegacia de Anti-Tóxicos.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Alborghetti, Vossa Excelência usa o horário do PFL, a partir deste instante.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Obrigado, senhor presidente.

E, naquela época, fizemos aqui os projetos, o do doutor Rosinha foi rejeitado e o que criei, a casa de proteção à mulher violentada também foi rejeitado. Não rejeitado pelos parlamentares; foi aprovado. Foi rejeitado porque não existia dinheiro para se montar a casa de proteção à mulher! Ora, se o ex-prefeito, Rafael Greca conseguiu criar na capital do Paraná a Casa de Maria, onde as mulheres que são espancadas tinham o direito de ir para lá, até o complemento judicial, para depois retornarem aos seus lares, por que não termos, não estou aqui querendo copiar a Casa de Maria do deputado Rafael Greca, mas a casa de proteção à mulher violentada. Então nós criamos, eu e o deputado Rosinha lutamos aqui e agora vou reapresentar este projeto e tenho certeza que vai ser aprovado! E gostaria de ver, em cada município do Paraná, ou nas microrregiões, a casa de proteção à mulher violentada, rasgada nos seus direitos constitucionais!

Vou reapresentar este projeto, porque é inconcebível, senhores parlamentares, é inconcebível, deputado Orlando Pessuti, aprovamos o direito à mulher com a deputada Irondi, com o deputado Haroldo, e não podemos complementar o que está na Constituição do nosso Estado. O que quero nesse projeto é uma casa de amparo à mulher espancada, violentada e rasgada nos seus direitos. A mulher apanha em casa, vai à Delegacia fazer a denúncia. Lá não tem psicóloga, uma assistente social. Prende o marido e ele chega na frente da mulher e diz: “quando eu sair daqui, em casa vou te arrebentar novamente”. E a mulher tem medo de voltar ao seu lar.

É por isso que quero, lutei, vou lutar e quero contar com o apoio de todos os senhores deputados para que esta casa de amparo à mulher seja efetivada. Esse projeto chama-se cidadania. Chama-se justiça social. E é importante que o governo do meu Estado se preocupe também na área da cidadania, da justiça social implantando definitivamente. Se o ex-prefeito Rafael Greca conseguiu instalar a Casa da Maria na capital do Estado, teremos que garantir a instalação da casa de amparo à mulher violentada em todos os municípios do Paraná.

Tenho certeza que esse projeto não será vetado por este Parlamento. Venho à tribuna falar de um problema que é sério. As Delegacias do Paraná continuam sendo

invadidas com uma forma de violência e não tem uma psicóloga para conversar, um advogado, um promotor, e é isso que queremos. Queremos nesse ano, instalado em todas as delegacias das mulheres e a criação de uma casa de proteção à mulher violentada no Estado do Paraná, como já existe em São Paulo e em outros Estados da Federação.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri

O Senhor Cezar Silvestri

Sou testemunha da sua luta na defesa da mulher no Estado do Paraná, mas a situação das delegacias da mulher é muito mais grave do que se imagina.

No município que represento, Guarapuava, sou autor do projeto que criou a delegacia da mulher e foi sancionado pelo governador Jaime Lerner. Sou autor da emenda que alocou recursos no orçamento para construção da sede própria da Delegacia da Mulher. Mas hoje Guarapuava está com a delegacia da mulher fechada por falta de uma delegada. Não está funcionando. O secretário da Segurança disse que ele encontra dificuldades, até porque existe uma determinação por parte do governador Jaime Lerner, que todos os municípios que são sede de comarca tenham um delegado de carreira. E o quadro de delegado está muito restrito. Está aguardando a nomeação dos delegados que fizeram o concurso há anos atrás e não foram, até agora, nomeados. A delegada que estava em Guarapuava, foi designada para o município que é sede de comarca deixando a Delegacia da Mulher sem uma titular. Funcionou alguns meses com uma auxiliar e hoje está fechada. E a informação que tenho é que não é só Guarapuava.

É uma questão que todos devemos somar esforços para que haja contratação desses delegados e que possamos dar continuidade desse trabalho da Delegacia da Mulher em todo o Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Aprovamos na Constituição, o deputado Caíto Quintana acatou, cidadania na Constituição para a mulher brasileira violentada.

Vejo o deputado Cezar Silvestri dar uma notícia triste, a delegacia de Polícia de Guarapuava está fechada, por falta do quê? De uma delegada de Polícia.

Mas o complemento que a deputada Irondi queria? Que o deputado Haroldo queria? Que o deputado Alborghetti quer? Toda a Delegacia de Polícia da Mulher tem que ter uma psicóloga, uma assistente social, um advogado e um promotor, como nos países de primeiro mundo.

Porque nos países de primeiro mundo têm e aqui não tem? Não entendo. Queremos contratar, não tem dinheiro, nunca tem dinheiro.

Então o que estou fazendo aqui? Só plantando idéias.

Concedo o aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência toca num assunto muito importante que é a Segurança Pública. Aliás em todas as pesquisas que são feitas nos municípios, tanto em Curitiba, como da região metropolitana, como do Estado do Paraná, o assunto principal é Segurança Pública.

Eu, quando vereador em Curitiba, fui o primeiro idealizador da 2ª Delegacia da Mulher no Brasil. A 1ª Delegacia da Mulher foi em São Paulo e a 2ª Delegacia da Mulher foi em Curitiba, na época com a influência do governador Richa e com o secretário Mussi.

Então, esta questão da Delegacia da Mulher é muito importante, porque a mulher menos favorecida pela sorte, aquela que tem dificuldade econômica, tem receio e tem dificuldade pelo seu pouco grau de instrução, de colocar o seu problema para um delegado, homem. Então a Delegacia da Mulher é fundamental especialmente para as mulheres mais carentes de todo o Estado do Paraná.

Hoje ao meio-dia, assisti uma reportagem na Rede Globo de Televisão, aonde se falava que em Tamandaré, o Estado teria repassado 50 mil reais para a construção de uma delegacia em Almirante Tamandaré para prender aqueles que precisam ser presos, para ter a Câmara de Vereadores, sendo que esta já estava num espaço satisfatório, segundo a reportagem da Rede Globo. Os próprios vereadores diziam: “Não é necessário a Câmara de Vereadores ser reformada, é necessário Tamandaré ter uma nova delegacia”.

Exatamente o contrário foi feito.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Vou reapresentar este projeto e vou contar com o apoio do deputado Beraldin, do deputado Cezar Silvestri, preciso dos senhores, porque nenhuma delegacia pode ter só uma delegada e uma escrivã, tem que ter uma psicóloga, uma assistente social, uma advogada e um promotor. Também a Casa de Proteção à Mulher Violentada no Estado do Paraná.

Chega, são idéias, são 54 deputados que foram eleitos aqui, para trabalhar por cidadania e justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados. Era nossa intenção ocupar a tribuna na tarde de ontem, mas em função de a sessão de ontem ter sido destinada a se debater os assuntos da educação do Estado do Paraná, deixei para hoje, para novamente voltar à tribuna, desta Casa, e me pronunciar acerca da liberação do Estado do Paraná da febre aftosa e, conseqüentemente, dos benefí-

cios que isso poderá propiciar não só ao nosso Estado mas também ao Brasil.

Na manhã de ontem tivemos oportunidade, ao lado do secretário Hermas Brandão, ao lado do presidente Nelson Justus - quando falávamos em nome desta Assembléia durante o café da manhã que fazia o lançamento oficial da Expoutono nas dependências desta Assembléia Legislativa, de dizer que o Paraná viveu ao longo de toda sua história, uma luta incansável de valerosos paranaenses e brasileiros que lutaram ao seu tempo e dentro das suas possibilidades para que este Estado fosse, ao final, declarado como Estado livre de febre aftosa.

Vale sim, destacar atuação do ex-secretário Hermas Brandão, a atuação magnífica que teve à frente da Secretaria da Agricultura, o ex-secretário Osmar Dias, e vale trazer de novo, à discussão, a importância que teve para o Estado do Paraná, Paulo Cruz Pimentel como secretário da Agricultura e, posteriormente, como governador, na modernização da pecuária paranaense e no desenvolvimento de uma série de ações visando, efetivamente, que a sanidade animal se implantasse neste Estado e que a febre aftosa fosse debelada.

Tive oportunidade, na segunda-feira, quando aparteava o deputado Hermas Brandão, de dar conhecimento a esta Casa de uma notícia publicada em jornal de Paranaíba de 1965, onde se noticiava a presença, naquela época, do governador Ney Braga e do secretário de Agricultura, Paulo Cruz Pimentel, para iniciar uma etapa de vacinação contra a febre aftosa.

Isso para nós é de fundamental importância. Tenho certeza que durante a Expoutono que acontecerá nesta sexta, sábado e domingo nas dependências do Parque Castelo Branco, e que mais uma vez tem a parceria da Assembléia Legislativa, tenho certeza de que este assunto lá será com muita clareza abordado, não só pelos expositores, não só pelos técnicos, médicos veterinários que lá estiverem. Mas será abordado por todos aqueles que lá comparecerem, porque certamente esta luta vitoriosa de todos nós, irá produzir já nos próximos dias, nos próximos meses os frutos que nós, ao longo de muitos e muitos anos, almejamos colher um dia em cima desta sementeira que fizemos, representada pelo trabalho de tantas pessoas no combate à febre aftosa.

Quero também destacar e recomendar aos senhores deputados que leiam o artigo publicado pelo articulista Joelmir Beting, em sua coluna nos jornais de ontem, intitulada: “Churrasco do Mundo”. E na abordagem que faz, Joelmir Beting coloca com muita clareza que o Brasil nos próximos anos, daqui alguns poucos anos, o Brasil certamente se colocará como o maior fornecedor de carne bovina do mundo, pois possui, para tanto, área territorial; possui, para tanto, clima; possui, para tanto, rebanho; possui, para tanto, técnicos e produtores interessados cada vez mais em melhorar a qualidade e o perfil do rebanho, um rebanho que está sendo no dia-a-dia melhorado, para que cada vez mais possamos produzir carne

não só com as qualidades preteicas e vitamínicas necessárias, mas também com a sanidade que agora temos certeza estamos produzindo.

Se nós neste momento, nos encontramos e nos apresentamos como livres da febre aftosa, a comunidade européia começa a sofrer o seu revés com aparição já algumas vezes noticiada e divulgada fartamente da vaca louca. O problema em outros países que também acometeu dificuldades para comercialização de carne bovina, a presença da dioxina em algumas rações consumidas pelos animais, o reaparecimento da febre aftosa em alguns países asiáticos como a Coréia e o Japão, fará com que o Brasil, que já possui sem sombra de dúvidas o maior rebanho comercial do mundo, se coloque muito à frente do que está hoje na produção e na exportação de proteína animal, fazendo com que todos possamos aumentar as nossas divisas, gerar empregos e evidentemente propiciar uma renda melhor ao homem e à mulher que trabalham no meio rural nesta atividade tão importante que é a pecuária bovina.

Por isso, senhor presidente, registro mais uma vez com satisfação este importante passo que deu o Paraná ao conquistar junto com outros Estados brasileiros, a liberação da febre aftosa do nosso território e a conquista maior que é a possibilidade de produzirmos mais e exportarmos muito mais e com isso termos um rendimento em cima do produto interno bruto ligado a pecuária daquele que temos no presente momento.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Falei na semana passada nesta tribuna, a respeito do Projeto São Tomé “ver para crer”, e dizia aqui que o governo do Estado do Paraná deveria mostrar os projetos que são executados para que a população do Paraná tivesse conhecimento através da imprensa, jornal, televisão, e o governo vem fazendo isso.

Mas ontem, tive uma surpresa muito grande quando liguei a televisão e vendo o “Bom dia, Brasil”, aonde vi o município do Estado do Paraná sendo notícia a nível de Brasil.

O município de Corumbataí do Sul, aonde tem a atuação dos deputados Miltinho Puppio e Nelson Tureck, de um projeto implantado quando secretário da Agricultura, Hermas Brandão, dos viveiros municipais. Vimos ali um projeto implantado, tivemos participando quando ali foi assinado um convênio de 58 mil reais, com o prefeito anterior Osney Picango, e com o prefeito atual, Ojair Cândido de Almeida. Com esse projeto do governo do Estado do Paraná, com a Secretaria da Agricultura, hoje posso dizer nesta Casa, deputado Edno Guimarães, e

ver o município de Corumbataí, do Estado do Paraná sendo divulgado, dos pequenos agricultores do plantio de café, já colheram café e já exportaram, tudo café de qualidade, senhor presidente, senhores deputados, café para exportação.

O município de Corumbataí do Sul, quando o governo pregava este convênio que o Estado vai melhorar, que o pequeno vai ter vez com a geração de emprego e distribuição de renda, queria dizer aos senhores deputados, o município de Corumbataí antes de iniciar esse programa, tinha um coeficiente no ICMS do Estado do Paraná de 00360. Hoje, depois da colheita do café, o coeficiente do município, aumentou em 40% a arrecadação, senhores deputados. E o que pudemos presenciar ali? É um povo, uma cidade feliz, é um município pequeno que tem a geração de empregos, distribuição de renda, é um comércio forte. E isso devemos, é lógico, ao governo do Estado do Paraná e, através da nossa Secretaria de Agricultura, na época, na oportunidade, que foi secretário Hermas Brandão. Então, são coisas que estão sendo mostradas, não só no Estado do Paraná, mas são coisas mostradas a nível de Brasil.

Por isso é que eu tinha que subir a esta tribuna para deixar registrado o Paraná em todos os Estados do Brasil.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Presidência registra com satisfação a presença no Plenário do ex e futuro deputado Luiz Claudio Romanelli.

No Grande Expediente, usará da palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

A Presidência já anunciou em nosso meio a presença do ilustre amigo, ex-deputado Luiz Claudio Romanelli, que conosco e com a maioria desses senhores deputados desta legislatura, tiveram a honra de desfrutar do seu convívio, e, principalmente, da sua inteligência nesta Casa de Leis do Paraná. Seja bem-vindo, ilustre deputado!

Mas, o que nos traz, senhor presidente, senhores deputados, a usar da palavra neste Grande Expediente, é que ontem, esta Casa teve a presença da maioria das representações, de todos os quadrantes do Estado do Paraná, dos senhores professores. Já está se passando mais de uma semana da greve dos professores do estado. Tivemos a insatisfação de ouvir neste Plenário que agora parte dos senhores professores estão entrando em greve de fome para que o Estado seja sensibilizado naquelas pretensões, e principalmente, nas posições que os senhores professores desejam do Estado do Paraná.

E hoje, pela manhã, senhores deputados, lá na minha cidade de Ponta Grossa, os senhores servidores e funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa tiveram uma assembléia geral, onde não só aquela casa

de maior meio universitário deste Paraná, bem como em Londrina, em Maringá e em Cascavel. As cinco universidades representadas pelos funcionários e servidores, acredito que irão aderir também ao movimento de greve, somando-se aos professores do Paraná, porque não tiveram o atendimento naquelas posições que eles desejavam em termos da administração pública deste Estado.

O que vemos, senhor presidente, senhores deputados, abaixo a voz com o ilustre deputado Braz Palma, falava eu com ele, ali ao nosso lado, de que o primeiro mandato do senhor governador, ele tinha uma equipe da qual fazia parte alguns dos secretários, que hoje não estão mais ao seu lado, entre eles o atual prefeito de Curitiba, com todos os defeitos que possa possuir, mas também tem a virtude que reconhecemos, que, quando comandava a Secretaria de Planejamento deste Paraná, víamos que o Paraná tinha um rumo, que podia, realmente, dar a atenção às posições que eram reclamadas. Hoje o Paraná é sem rumo. Um Paraná que não tem planejamento. Por mais que o ilustre líder do Governo, que no dia de ontem, com a capacidade que possui como homem público que é, com a sua honestidade de propósito que tem demonstrado nesta Casa, não tão somente no dia de ontem, mas em todos os dias que ele sobe naquela tribuna para defender o indefensável, dizendo que borracha é empada.

Ontem o líder do Governo mais uma vez fez com que os senhores professores saíssem frustrados, apesar da pessoa dele, da Liderança do Governo, se colocar ao lado dos professores nas posições que o governo pode atender. O governo por si só não pode atender *in totum* as reivindicações. Basta ver que também os senhores professores não querem avançar em todas aquelas pretensões, mas querem ter uma luz no seu caminho, querem ver no futuro alguma esperança ser alcançada. E infelizmente, o governo do Estado do Paraná, nesta segunda administração do Jaime Lerner, não tem a capacidade de pelo menos, mostrar a luz no final do túnel, de fazer com que se enxergue alguma coisa. Sabemos que as futuras gerações serão beneficiadas com o programa de industrialização do Paraná, coisa que todos os 54 deputados desta Casa estiveram ao lado do governo., mas, também reconhecemos que parte desta Casa, não só da Oposição, mas da Situação que às vezes não demonstra vontade que possui por circunstâncias alheias até a posição política a ser assumida, não estão de acordo com algumas determinações, e, principalmente, com algumas orientações das atuais secretarias que compõem o Estado.

Temos lá no interior, senhor presidente, senhores deputados, a falta de palavra, de empenho e até de vergonha do governo. São pequenos e médios homens ligados à construção civil que acreditaram no governador Jaime Lerner, fizeram reformas em escolas, fizeram reformas em cadeias públicas, construíram centros de saúde, fizeram, enfim, obras de interesse social do Paraná. Não receberam, não recebem e não sabem se vão receber. O governo não paga, devia reduzir um pouco aquilo que o deputado Nelson Turek falou com veemên-

cia que o Paraná está sendo projetado a nível nacional. Quanto custa isso? Quanto custa o Paraná ser mencionado em qualquer órgão de divulgação do país? Quanto custou, e foi perguntado neste Plenário através de requerimento que não foi aprovado, a propaganda do Paraná na Revista Veja? Não é de graça, o Paraná paga pesado, deixa, no interior, de subvencionar pequenos órgãos de informação, pequenas rádios, mas paga regamente à imprensa nacional para promover um governo que conhecemos por dentro, que sabemos a quantas anda o Paraná. Um Paraná que não paga quem trabalha para ele, não paga ninguém a não ser um salário que não é condizente com a função que desempenham. É um Estado que mostra um lado que não é verdadeiro.

Queremos, como aqui veio o deputado Caíto Quintana que hoje ocupa a presidência, antecipando a greve dos professores, dizendo que seria uma coisa séria, estou na tarde de hoje dizendo que o governo, com a greve dos funcionários a greve dos servidores, a greve de todas as instituições superiores de ensino, o Paraná será lá fora divulgado, não da maneira que o ilustre deputado Nelson Turek falou.

Concedo aparte ao deputado Nelson Turek.

O Sr. Nelson Turek

Deputado, gostaria de dizer que quando usei da tribuna coloquei que o governo do Estado do Paraná deveria mostrar todas estas obras para o povo do Paraná. E, fiquei muito alegre quando vi que o governo não está gastando dinheiro lá fora. A Rede Globo, no “Bom Dia Paraná”, noticiou o plantio do café adensado no município de Corumbataí do Sul e isto nos orgulha muito, em ver um projeto realizado pelo Governo do Paraná estendendo a mão ao pequeno agricultor para que ele fique no interior, fique na sua cidade porque é lá o lugar dele, é lá que ele vai ajudar o município a crescer, é lá que ele vai ajudar este Estado a fazer a transformação. E o que me comoveu foi o fato de termos aprovado o “Paraná 12 meses” e vi o município do Corumbataí do Sul sendo divulgado gratuitamente por uma reportagem da Rede Globo para todo o Brasil. É uma alegria muito grande vermos aquilo que o governo incentivou dando certo para o nosso pequeno agricultor. E, com isso, o município de Corumbataí do Sul aumentou a arrecadação em 40% no coeficiente de ICMS.

Então, foi isso que quis dizer, que é um orgulho vermos o Paraná sendo divulgado por outros lá fora sem cobrar um real, gratuitamente.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência aborda na sessão de hoje, assuntos que preocupam o povo do Paraná. E, uma matéria na Rede Globo até é um (?) diante de tantas matérias que a Rede Globo tem feito sobre o Paraná, mostrando o lado perverso deste governo.

Quase todos os dias o Paraná está sendo contemplado pela Rede Globo com matérias que desabonam a

conduta de políticos que hoje gerenciam nosso Estado. É Ponta Grossa, é Londrina, é Narcotráfico e por aí vai, de forma que não dá para se alegrar pela Rede Globo ter feito uma matéria constatando algum progresso em determinada área que acima de tudo representa um esforço do agricultor do Paraná. O nosso agricultor, se fosse depender do apoio do governo, estaria aniquilado porque hoje o governo do Estado não tem um programa sequer a não ser o “Paraná 12 meses” que é tímido, de pouco alcance. Não existe mais nenhum programa que atenda nossa agricultura.

Por isso, deputado Zuk, Vossa Excelência abordou e relacionou o pedágio, o problema da educação, e hoje recebi diversas manifestações do interior do Paraná, de professores, propondo que a Assembléia Legislativa crie uma CPI da Educação para apurar toda esta situação que hoje arrebenta com a educação do nosso Estado, com a qualidade da educação que deveria ser oferecida ao nosso povo.

Temos o problema da agricultura desassistida da falta de cumprimento dos convênios assinados em 88. Os calçamentos começaram em agosto de 88 e estão até hoje sem pagar. Os prefeitos são caloteiros, para a população, porque contrataram as obras acreditando no governador, e até agora, infelizmente... Há dois anos ainda não receberam os repasses. E por aí vai. É aluguel atrasado, são carros, segundo denúncias do presidente do Sindicato dos Delegados do Paraná, os carros da Polícia Civil eram reparados com peças roubadas do esquema do desmanche de carros de Curitiba. E hoje, segundo ele, são mais de cem carros estacionados nas delegacias de Curitiba, porque o governo não tem dinheiro para repor as peças. Os funcionários, há cinco anos e meio sem aumento. E por aí afora. Se formos relacionar...

Por isso, não é motivo de regozijo, de alegria, apenas a Rede Globo ter feito uma matéria destacando a questão do café, que efetivamente merece o nosso reconhecimento, não só por parte do governo, mas sobretudo por parte das cooperativas, dos agricultores, das prefeituras, por parte do povo do Paraná, que supera as dificuldades que se apresentam, dia após dia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do deputado Nereu Moura, bem como do deputado Nelson Tureck. Mas queria, senhor presidente e senhores deputados, deixar este assunto, porque vamos em outra oportunidade nos aprofundar ainda mais, quando os senhores servidores das instituições maiores de ensino do Paraná aqui virão, como estiveram ontem os professores do nosso Estado.

Queria aproveitar esta oportunidade para dizer que no Brasil, há 50 e poucos anos atrás o trabalhismo fez com que toda a Nação brasileira olhasse os empregados de outra forma e os amparasse, com tudo aquilo que até o dia de hoje eles desfrutavam. E, nestes 50 e poucos anos, na metade do seu caminho, há vinte anos atrás por uma divisão do PTB, por uma pessoa que ajudou a fundar este

trabalhismo no Brasil, ele não concordando com algumas posições dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, saiu dele e fundou o partido que fazemos parte, que o deputado Moysés, e nosso líder, Edgar Bueno pertencem, que é o PDT.

São vinte anos de PDT. Um PDT que neste Estado do Paraná nasceu pequeno, se tornou forte e chegou, ilustre deputado Nereu Moura, até o Palácio Iguazu, mas infelizmente foi traído por uma pessoa que tão somente usou a sigla partidária. E não somente a sigla. Nos piores anos, quando não tinha mandato eletivo, lá esteve no Rio de Janeiro, contratado por Leonel Brizola, servindo à causa do PDT e conseguido com isso a confiança para que no Paraná fosse entregue a ele esta sigla de tão tradicionais trabalhos à Nação e ao Estado. Oportunista, pessoa que não tem a índole que a maioria ou a totalidade desta Casa possui. Pessoa que tão somente usa a agremiação partidária para chegar ao poder. E trai os companheiros. Traiu o Paraná que acreditou nas suas propostas sociais, e principalmente no socialismo. Hoje, é neoliberal. Parece-me que muda de partido como aqueles que nascem com uma forma que Deus lhes dá e eles preferem exercer o outro lado, que não é a natureza que Deus lhes empresta.

Queremos, senhor presidente e senhores deputados, dizer que nestes 20 anos, o Paraná foi traído. O Paraná teve grandes governadores, que nenhum deles na história do Paraná, a não ser alguns poucos que traíram o Paraná no sentido mercantilista, que foi tirado do Poder, mas todos os governadores que ali passaram do outro lado da rua do Palácio Iguazu, tiveram uma trajetória de vida que foram exemplos às famílias do Paraná. Poderia citar, senhor presidente, Moysés Lupion, acusado, mas no seu partido coerente, podia citar Emílio Gomes, Parigot de Souza, Ney Braga, José Richa, Requião, podia citar Álvaro Dias, que apesar de hoje realmente dar ao Paraná aquilo que o Paraná está precisando, que é uma linha na qual não só o aplauso, mas a Oposição construtiva deve existir, poderia eu citar outros, mas o atual governador que usou meu partido, que traiu a confiança do Brizola, e que fez ao Estado do Paraná aquilo que todos sabemos, que acreditaram neste segundo mandato, e aí está o resultado que todo o Paraná conhece. Não poderíamos deixar de passar alheios estes vinte anos do PDT, sem contar ao nosso Estado, através da imprensa, o traidor que teve o nosso partido, o traidor que traiu o povo do Paraná a sua confiança e que hoje desfruta das benesses do neoliberalismo contra os interesses da maioria da família do Paraná.

Mas quero também, ao finalizar, senhor presidente, dizer que hoje é o Dia Internacional Contra o Fumo. Lembro-me do deputado Antonio Martins Annibelli, que aprovamos e que infelizmente, presidente Caetano, não é cumprida; foi proibido neste Plenário o uso do fumo. Hoje, no Dia Internacional do Fumo, ou melhor, anti-tabaco, faço uma reverência ao ilustre deputado que queríamos que o senhor presidente da Mesa Executiva

fizesse valer a lei e também pediria à Mesa Executiva que em nome dos cinquenta e quatro senhores deputados do Paraná somasse com todas as Assembléias do Brasil porque aqui está o nosso presidente da Unale que é o deputado Orlando Pessuti. Todos os legisladores deste país vão pedir às redes de televisão, vão pedir a todos os canais que principalmente nas novelas ande está a maior personagem que é encarada como qualquer novela, como a Terra Nostra, ou como qualquer outra novela a propaganda indireta que às vezes não sabemos se o ator recebe ou não recebe das companhias que fabricam os cigarros. Vamos fazer um apelo ao maior meio de comunicação deste país que são as redes nacionais de televisão, bem como aos jornais, às rádios para que motivemos a população e principalmente as nossas crianças para que não usem o tabaco, para que não fumem e para que tenham uma saúde vitalícia.

Escutei de manhã, ilustre presidente, o doutor Mário Maranhão, presidente da Federação dos Cardiologistas do Mundo, ele dizia que o fumo é o maior fator que faz com que o nosso coração, ou as suas doenças, sejam elas, depois do pulmão, as primeiras a serem atingidas pelo uso do fumo.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte.

Apenas quero dizer a Vossa Excelência que, de tudo o que Vossa Excelência falou, a única coisa que concordo é na questão do tabaco.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sabemos que o fumo e o tabaco levam a outros vícios maiores. E tenho a certeza absoluta de que o líder do Governo não fuma e não usa tabaco, que é o que Vossa Excelência tem de defender o indefensável, o governo do Estado do Paraná, o que é pior. No meu ponto de vista é um governo que traiu o meu partido.

O Sr. Valdir Rossoni

É um cretino mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Cretino foi quem traiu...

O SR. VALDIR ROSSONI

Não falei para Vossa Excelência. Falei para uma outra pessoa. Desculpe, não foi para Vossa Excelência.

Gostaria do aparte, porque gostaria de fazer considerações à forma na qual se referiu à minha pessoa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Certo.

Acho que a palavra cretino, eu não iria colocá-la ao atual governador. Chamo de traidor e não de cretino.

Agradeço a sua participação, mas continuo afirmando, nos vinte anos de PDT do Paraná, tivemos essa traição. Tenho a certeza absoluta, quando me referia ao ilustre líder do Governo, a quem tenho o maior respeito, deputado Valdir Rossoni - quando disse que ele tinha um vício maior do que o fumo e o tabaco, é o vício de defender o governo em posições que, às vezes, no meu entendimento, indefensável, e ele tem se saído brilhantemente.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado, permita-me um breve aparte?

(Assentimento)

Jamais quis dizer essa palavra a Vossa Excelência. O respeito dentro desta Casa é muito importante e tenho por Vossa Excelência, admiração, apesar de discordar das suas posições.

O que não posso admitir - tenho aqui ao meu lado meus assessores e eles jamais ficam fazendo gestos contra um parlamentar que tem posições diferentes da minha. Está aqui a doutora Lídia, a minha assessora de imprensa, os meus funcionários, mantenho o maior respeito - e que acontece com alguns funcionários, que estão aqui dentro desta Casa, gesticulem contra um parlamentar. Acho que aqui dentro desta Casa o parlamentar tem que ser respeitado. Eu, quando disse cretino, quis me referir a uma pessoa que fazia gestos obscenos para mim e que não cabem a esta Casa, quando Vossa Excelência estava falando.

Então, jamais, deputado Zuk, jamais sairia da minha boca algo ofensivo à sua pessoa, porque convivi com Vossa Excelência por vários anos. Não vou abrir mão do respeito ao parlamentar dentro desta Casa. E se um dia um assessor meu se dignar a desrespeitar um parlamentar dentro desta Casa, por mais que tenhamos divergências, o senhor pode ter certeza que terei a postura e a autoridade, para tomar as medidas possíveis.

Eu não quis dizer a Vossa Excelência e também não vou dizer quem, porque talvez essa pessoa crie vergonha na cara e se coloque no seu lugar.

O SR. BERALDIN

Questão de Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Estou ouvindo aqui o aparte do deputado, líder do governo, Valdir Rossoni, que diz que um assessor desta Casa fez gestos obscenos ao deputado. Eu gostaria que o deputado Valdir Rossoni indicasse aqui quem é o assessor e ao mesmo tempo solicitar ao presidente da Mesa, que tome a imediata decisão de repreender o devido assessor. Gostaria de tirar logo a limpo, porque vem acontecendo isso ao longo dos dias - tenho notado nessa semana e na semana passada, que muitas vezes os deputados estão falando e ocorrem conversas paralelas e é preciso dar um basta.

Por isso levanto essa Questão de Ordem, para que Vossa Excelência, deputado Valdir Rossoni, indique esse

assessor e vamos encerrar esse assunto, porque vem sendo por diversas vezes, por diversos parlamentares, as mesmas reclamações.

Estamos aqui ao vivo e em respeito ao telespectador a direção desta Casa deve tomar estas medidas.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Eu gostaria de colocar aqui a Vossa Excelência que eu vou me reservar. Eu não posso estar aqui citando nome de pessoas, eu tenho que ser maior que isso.

E eu quero dizer ao deputado Neivo que concordo plenamente que quando se está fazendo uso da tribuna não pode ter assessores gesticulando, atrás, falando, eu só me referi a isso para justificar uma palavra que eu disse, para mim mesmo e não vi que o microfone estava ligado, mas repetiria quantas vezes fosse preciso. Mas o respeito ao parlamentar, gente, se nós não nos dermos ao respeito não sei o que será do Parlamento, porque já temos muito pouco respeito, nas ruas. A população não nos respeita. Por quê? Esta é a pergunta, por quê? Vocês não tenham dúvidas que a população tem razão de, às vezes, faltar com o respeito ao parlamentar. Então, senhor presidente, me dê o direito de não entrar mais nesta questão e agradeço a Questão de Ordem que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Esta Presidência, senhor deputado, em resposta à Questão de Ordem procedente do deputado Neivo Beraldin, iria exatamente facultar a Vossa Excelência que declinasse o nome, se assim julgasse necessário, que fizesse por escrito, se assim julgasse necessário, que nós encaminharemos para que a Executiva da Casa tomasse providências, ou que se abstenha da comunicação se assim for o seu desejo.

Concedo ao deputado Zuk mais 2 minutos para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, agradecendo o aparte do deputado líder do governo, sabíamos que esta seria a sua postura, de respeito, que é recíproco, bem como queria conceder um minuto ao ilustre deputado Ângelo Vanhoni que me solicitou o aparte antes desse fato.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Só para contribuir com a linha de raciocínio que estava falando a respeito do governador do Paraná, Jaime Lerner, no sentido quando Vossa Excelência adjetivou o governador de traidor, no sentido de trair as causas pelas quais o PDT, Vossa Excelência acabou explicando muito bem, os compromissos que o seu Partido, o PDT, tem com a emancipação do povo trabalhador do nosso País, com as causas da Nação e que, nestes últimos anos, infelizmente, o governador, que se criou neste Partido, que esteve construindo este Partido no Estado do Paraná, acabou trocando estas causas pelo compromisso como

PFL, vinculado aos grandes interesses econômicos do Estado do Paraná e do resto do Brasil.

Mas cabe sempre lembrar aquela frase que o ex-governador Leonel Brizola pronunciou quando da saída do governador Jaime Lerner do PDT - “Uma árvore cresce, muitas vezes frondosa, e dá frutos. Num determinado momento esta árvore começa a apresentar problemas, doenças, fungos, os frutos já não são mais os mesmos frutos viçosos que esta árvore poderia apresentar. Este momento, como diz todo bom conhecedor da agricultura, é o momento de fazer a poda, é o momento de cortar alguns galhos, para que a árvore possa crescer forte de novo e possa trazer os bons frutos para a sociedade

Com certeza foi o que aconteceu com o PDT, foi o momento de cortar os maus frutos e as ervas daninhas que estavam começando a tomar conta do PDT.

Este foi o momento da saída do governador Jaime Lerner do seu Partido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu agradeço e encerro dizendo que hoje o PDT está formado em quase todos ou em todos os municípios do Paraná.

O PDT vai fazer um número expressivo de prefeitos do nosso Estado, vai fazer também a eleição de diversos vice-prefeitos e vereadores e o PDT, no próximo ano, senhor presidente quando vamos fazer a maioridade, que é 21 anos, eu quero ter a satisfação de vir, nesta mesma tribuna e dizer em números o que conseguimos contra aquele traidor que disse que iria fechar nossa sigla no Estado do Paraná.

Cumprimento o senhor Nelton Friedrich que tem andado em todos os cantos do Paraná levando a bandeira que defendemos, que é a bandeira da democracia, de um socialismo onde o interesse do povo seja colocado acima do interesse partidário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças dos Partidos: PSB, PSDB, PMDB, PPB, PSL, PT, PDT, PST, PT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Concedo, no Horário da Liderança da Oposição, a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Recebemos hoje pela manhã, na Comissão de Educação, apenas para informar aos parlamentares, a presença de professores que vêm com a intenção que apoiemos a causa da elevação do nível do PG7 àqueles professores que fizeram especialização e não foram acolhidos pela Secretaria de Educação. Encontram-se

aqui os professores, na tribuna de honra, na busca de ser aprovado o projeto de lei para que a Secretaria de Educação, incorpore esses professores ao nível PG7, já que têm direito, fizeram o curso, não tiveram a devida orientação, informação para optar por outros cursos de especialização no Estado do Paraná e fizeram em São Paulo.

Havia pairado algumas dúvidas sobre os diplomas, as dúvidas foram esclarecidas e precisam apenas deste enquadramento. E a comissão decidirá na próxima semana um relatório do deputado Tiago Amorim e mandará a esta Casa para aprovação ou não.

Venho também fazer um pouco de propaganda do meu Partido. O nosso Partido, como os outros também, têm se preocupado com a formação das nossas lideranças, com a preparação dos nossos candidatos a prefeitos, como exemplo o nosso bem preparado candidato a prefeito, o deputado Ângelo Vanhoni, para que façam uma boa participação nos pleitos. Tanto na linha da decência de um bom mandato, na decência de uma boa campanha, do bom programa de governo. E criamos no Paraná um grupo de trabalho eleitoral, do qual sou coordenador.

Vou fazer um pouco de propaganda daquilo que o Partido tem buscado fazer, ao longo do tempo, através do GTE - Grupo de Trabalho Eleitoral. Temos várias cartilhas que nosso Partido distribui a nível de Brasil para todos os candidatos, na orientação de marketing e propaganda, numa boa elaboração do Programa de Governo.

Aqui falamos com o senhor Edno Guimarães, o nosso ecologista, que divide junto com o Beraldin; temos uma orientação em geral para a área de Meio Ambiente em Programas Municipais, para a área de Meio Ambiente, e toda orientação com relação à escolha de candidato e Legislação Eleitoral.

Estamos convidando todos os nossos deputados, nossas Lideranças Partidárias, nossos presidentes de Partidos, para que participem conosco da I Conferência Estadual Eleitoral, na palestra de abertura do nosso presidente nacional de honra, o nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva. Estará presente dia 10 de junho, num sábado pela manhã, onde vai proferir uma palestra sobre as eleições municipais na conjuntura do Brasil nesse momento.

No domingo, a presença do senador Eduardo Suplicy, que fará uma exposição sobre renda mínima e bolsa-escola, nos programas municipais, e as experiências que o Brasil tem vivido.

Queremos fazer uma bela conferência, a I Conferência dos Partidos dos Trabalhadores e aos Partidos que estamos fazendo coligações, Partidos irmanados serão convidados a permanecer conosco na conferência para, na medida do possível usufruir das informações que temos.

O Partido dos Trabalhadores, historicamente, tem se norteado. Primeiro: fazer uma campanha com um processo didático-pedagógico, na informação da importância

do voto, jamais comprando voto, jamais prometendo benesses de nível particular para obter o voto,

Segundo: nas administrações temos seguido a orientação da decência, da ética e do combate à corrupção. Acima de tudo, mostrar que não é corrupto e provar em todos os momentos. Isso se faz com programas de transparência, o orçamento participativo abrindo os Conselhos Municipais para a manifestação popular.

Prova disso, no Brasil inteiro, aparecem denúncias e mais denúncias de corrupção. Até agora o nosso Partido, pela orientação programática e filosófica que temos, graças a Deus, não temos participado em nenhum processo que envolve corrupção ou investigação dela no Brasil todo. Para nós é motivo de orgulho. Evidentemente, se tiver, se motivo de nossa inteira investigação e comprovado será imediatamente expulso do nosso Partido, como tem acontecido às pessoas que temos pautado. A nossa postura partidária, pela postulação interna e democrática.

Então, temos que nos orgulhar de um momento político como esse, enfatizar, quem quiser participar e conhecer um pouco mais do Partido, e os deputados se quiserem assinar a ficha conosco, está feito o convite desde já.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Complementará o Horário das Lideranças das Oposições, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados. Em função do compromisso assumido ontem, com o deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, de que hoje estaríamos na Copel para conhecermos informações do questionamento que tem sido feito e levantado da operação realizada entre a Copel e a Sercomtel, pela compra de 45% das ações daquela Companhia Telefônica Municipal, hoje, às 10:00 horas, na companhia do Rossoni, dos deputados Cezar Silvestri e Ademar Traiano, lá estivemos.

Fomos recebidos pelo seu presidente, Ingo Hubert e na exposição que ele nos trouxe o Parágrafo Único da Cláusula I do Contrato, traz as condições da aquisição, o valor, os pagamentos.

Nos foi mostrado o recebido de depósito de 19 milhões e trezentos e pouco, que, somando, totalizam trinta e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil e quatrocentos e seis reais, que correspondem aos recursos pela Copel, ao Banco FonteCindam e ao Banco Financeiro e Industrial de Investimento ligado ao Sudameris. Os dois bancos que em setembro de 96 fizeram dois empréstimos ao município de Londrina, da ordem de 10 milhões e 850 mil reais cada um, totalizando um empréstimo de 21 milhões e 700 mil reais à base de 8% ao ano, mais TJLP.

Bem, depósito ao Banco, está na Copel. O depósito de 13 milhões e 834 mil 255 reais destinado à Sercomtel fruto de uma dívida do município de Londrina contraída

junto à Sercomtel foi paga pela Copel. Depósito de 74 milhões e 4 mil reais, direto da Copel ao município de Londrina, também foi realizado e um depósito de 17 milhões 338 reais também foi feito da Copel à Banestado Corretora.

E o que ficou na dúvida deste deputado e que ficou também, com certeza, uma interrogação. Perguntado se a Copel questionou o valor de 39 milhões de reais pago ao Banco FonteCindam e ao Banco Sudameris, a Copel disse que não era responsabilidade dela questionar a origem da dívida. Por quê?

Cláusula 3ª - "O pagamento da totalidade do preço da presente compra e venda, no importe de 186 milhões de reais, será efetuado por estipulação exclusiva do município de Londrina, na forma seguinte." E aí que dá as formas.

Mas se uma empresa pública controlada pelo estado adquire ações, sabedora de origem de um contrato de empréstimo e ficando na peça contratual ela obrigada a fazer o resgate, não teve interesse e não quis - por questões de mérito, analisar o teor da dívida que o município lhe repassava da ordem de 39 milhões. Esta é a dívida que nos deixa. Também é dúvida, senhor presidente, um contrato, e aí a Copel, nós pedimos, até entendo eu, deputado Rossoni, que ficou de trazer e espero que depois consigamos, dos instrumentos particulares de 23 de dezembro de 97 e 5 de janeiro de 98. Para que possam entender lerei este contrato e aqui caberá uma solicitação de informação à Banestado Corretora para saber qual é a origem desta dívida do município de Londrina, qual é a razão desta operação de empréstimo da ordem de 17 milhões.

"A Copel pagara em 15 de maio de 98; diretamente ao Banestado Corretora Câmbio, Título e Valores Mobiliários, com sede na cidade de Curitiba, o importe de 17 milhões (?) 338 milhões de 280 mil reais para liquidação integral dos contratos de compra e venda de opções de compra e venda de ações firmadas com o Município de Londrina, através de instrumentos particulares de 23 de dezembro de 97 e 5 de janeiro de 98 e aditamentos de 16 de março de 98. Pagamento esse que operará a requisição pelo município das opções constituídas.

Então, em favor da Banestado Corretora".

O que se depreende, deputados, é que aqui nessas duas datas, dia 23 de dezembro de 97 e no dia 5 de janeiro de 98, a Banestado Corretora adquiriu em caução ou através de securitização, ações do Banestado para, na data posterior, vir adquirir.

Este é um depósito que diziam que a Copel não tinha sido feito e lá nos encontramos, pelo menos era o que se corria, e lá nós temos o depósito.

O que precisamos saber é origem desse empréstimo, qual é a transação entre a Banestado Corretora e o município de Londrina.

Concedo o aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado José Maria, eu talvez não compreendi o encaminhamento que Vossa Excelência quis dar à questão do pagamento dos 39 milhões aos dois Bancos que citou, e colocou aqui que a Copel não questionou a dívida. Quero dizer a Vossa Excelência e nem devia, porque ora, a dívida era da Prefeitura de Londrina, quem tinha feito a dívida foi no mandato do Cheida.

Então, não cabia à Copel questionar uma dívida da Prefeitura de Londrina, porque não envolvia a Sercomtel. A Sercomtel apenas estava sendo usada naquele momento pela Prefeitura de Londrina para fazer uso dos recursos da venda das ações para saudar uma dívida da prefeitura de Londrina.

Então, ora, com que autoridade a Copel poderia questionar uma dívida feita pela prefeitura de Londrina, mesmo na questão do FonteCindam, que eu até me admiro um prefeito, vejam como as coisas são incríveis! Um banco tão maldito neste País, mal falado, um prefeito do então PT negociando com o FonteCindam, gente! Então, a Copel não tinha nada que questionar.

Quanto à outra dívida com a Banestado, acho que cabe seu pedido de informações sim, e Vossa Excelência tem o meu apoio. Por quê? A Copel saudou mais uma dívida efetuada pelo Cheida, e a Copel, através de um contrato que determina onde deveria efetuar os pagamentos, a Copel efetuou esse pagamento ao Banestado. Acho que agora cabe a informação de ser feito esse pedido de informação ao Banestado para ver se confirma os documentos lá mostrados pelo presidente da Copel.

Pelo menos entendi assim, e não cabe de forma nenhuma à Copel questionar dívidas de prefeituras, cabe, sim, ao Tribunal de Contas, à Câmara de Vereadores de Londrina, mas a Copel, sinceramente, nós podemos até discordar deste posicionamento, porque se fosse uma dívida da Sercomtel até poderia, apesar de a Copel não ser ainda acionista naquele momento, porque o negócio estava sendo realizado, então ela não era ainda acionista, não podia pedir explicações de atos anteriores ao negócio, mas quando é da prefeitura de Londrina foge totalmente a qualquer atitude que pudesse ser tomada pela Copel.

Mas quero ressaltar aqui. Vejam como esse mundo político é, um prefeito do PT negociando com o FonteCindam.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Valdir Rossoni, eu acho e entendo sim que a Copel deveria, por uma questão de justiça, saber o que estava sendo pago, porque a dívida foi oriunda de contrato. A cláusula 7ª do contrato, a cláusula 14 do contrato, entre o instrumento particular de opção de compra e venda das ações, de que era, neste momento, estava saldando, ele estabelecia um valor não mais que...

Desta forma ele teria não mais que 8% ao ano e TJLP. O valor que a Copel teria que cobrar está em contrato. Então, não podia a Copel alegar que não conhecia e

que não teria que entrar no mérito do valor do montante, porque ele está em contrato. E tem mais, não estou aqui para fazer defesa, mas, sim, para colocar os termos. O contrato, instrumento particular, realizado em 23.02.97 e 05.01.98, já era da atual administração, não era da administração do Antônio Belinati. Então, essa é a correção que eu quero fazer, é da atual administração do Belinati e não do Cheida. O do Cheida foi o primeiro contrato.

O Sr. Valdir Rossoni

Do FonteCindam.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Do FonteCindam. O da corretora com o Banestado já foi da atual administração, que dá os dezessete milhões, trezentos e trinta e oito mil de responsabilidade. Então, aqui ainda paira, senhores deputados, o valor pago, porque se fizermos o cálculo, dos 8% mais a TJLP, de setembro de 1996 a maio de 1998, quando foi resgatado pela Copel esses empréstimos, não dão mais do que vinte e oito milhões e trezentos mil reais. E foram pagos 39 milhões, que está no contrato firmado entre a Copel, a Sercomtel e o município de Londrina.

Estes eram os esclarecimentos e tenho certeza que vamos avançar e farei um requerimento no sentido que possamos conhecer a operação realizada junto à Banestado Corretora.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Gostaria, apenas de informar que o deputado José Maria Ferreira foi hoje à sede da Copel em nome de todas as Oposições.

Coloco isto para que amanhã não aleguem que nós, deputados da Oposição, nos negamos a comparecer à Copel.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente gostaria de colocar a Vossa Excelência com todo o respeito possível que, quando não se respeita o Regimento Interno, causa problema. Quero entender sua posição porque tenho certeza que Vossa Excelência não quer causar nenhum constrangimento a qualquer parlamentar.

Veja o seguinte: eu, como Líder do Governo, teria meu espaço agora e entraria a discutir esta questão que estivemos pela manhã discutindo. Então, pela sua benevolência, eu compreendo, mas, alguns deputados de Oposição devem entender que tem que se cumprir o regimento senão sempre o Líder do Governo ficará prejudicado, porque o presidente adota um critério nesta Casa de que quem usa o Horário da Liderança das Oposições é o Líder das Oposições e quem usa o Horário da Liderança do Governo é o Líder do Governo. Outra questão: quando se passa o Horário do Partido, o presidente não tem autorizado o uso deste por deputados que não sejam do partido, e então me sinto prejudicado neste momento.

Mas, quero dizer a Vossa Excelência que seria bom que respeitássemos esta questão de ordem do Regimento Interno, porque me sinto prejudicado. Não farei uso do Horário da Liderança do Governo porque poderei causar mais um constrangimento e não estaria respeitando o Regimento Interno, mas quero levantar esta Questão de Ordem e gostaria que Vossa Excelência não levasse como uma questão pessoal, mas fiz esta observação porque o deputado Nelson Justus tem adotado este critério e muitas vezes tem até nos cortado dentro do que o Regimento Interno lhe dá direito.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Apenas esclarecendo, deputado Rossoni, e também sem polemizar, a Mesa teve a benevolência de dividir o espaço em razão de o deputado que pretendia usar a Liderança do PT estar dando uma entrevista, mas nos reservávamos, sim, caso fosse solicitado por Vossa Excelência para conceder na sequência, o Horário da Liderança do Governo exatamente para esclarecer um equilíbrio na Casa. Mas, é procedente que se tenha cuidado no cumprimento do Regimento Interno, apenas dizendo que o Horário da Liderança e da Oposição e do Governo, poderão ser utilizados por outro orador, desde que autorizado pelo líder.

Vossa Excelência tem razão. O Regimento Interno precisa ser cumprido, para não gerar este tipo de constrangimento.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 073/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Reserva do Iguaçu, com sede e foro no município de Pinhão. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, município de Manfrinópolis e foro na comarca de Barracão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 084/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública “Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro no município de Barracão”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.05.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 136/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Caminho da Vida “Lar Dona Vera”, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 11.070, de 16 de março de 1995, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Face a apresentação da emenda o mesmo foi encaminhado à C.C.J..**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Delegados. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo da C.C.J., artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 989 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 317/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, quero fazer o encaminhamento de votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, sou autor deste projeto, e na verdade trata-se de uma discussão que se trava em vários estados brasileiros. Recentemente o Conselho de Administração da Universidade Federal do Paraná está discutindo da obrigatoriedade da introdução da disciplina de filosofia nos vestibulares da Universidade Federal do Paraná.

Esta é uma discussão que tem caminhado em vários estados brasileiros. A nova legislação, que normatiza a educação no território nacional faculta os estados do ponto de vista da educação, faculta aos estados complementar todo o plano nacional de educação. Esta é uma autonomia dos estados, no que diz respeito à Constituição Federal.

No Estado do Paraná, o que temos é de acordo com a grade curricular de escolas e de regiões, a faculdade, é facultativo. O Conselho Estadual de Educação não disciplinou isso de forma a obrigar o ensino fundamental no Estado do Paraná, a ter o ensino ou da filosofia ou da sociologia, de forma permanente no ensino de 2º grau no Estado do Paraná. Apenas facultou. Compete ao Estado do Paraná, ao Conselho Estadual de Educação e à Assembléia Legislativa e ao Poder Executivo, se assim bem entenderem, de acordo com as prerrogativas que a LDB aprovada dá à introdução do ensino de filosofia para todo o ensino secundário no Estado do Paraná. O que vem complementar, exatamente, a necessidade hoje das Universidades Públicas Federais estão discutindo, da introdução no vestibular para a matéria de filosofia, obrigando, a partir daí as escolas de iniciativa privada a também ministrarem filosofia nas suas grades curriculares, porque todo Dom Bosco, todo Positivo, todo 3º Milênio, toda a gama das escolas secundárias privadas daí também estarão obrigando a mudarem sua grade curricular. Por que da filosofia? Acho que se a gente entende a educação na sua forma mais ampla que é formar o homem para o trabalho, para a cultura, para o desenvolvimento da sociedade, vamos entender que a filosofia tem uma contribuição muito grande do ponto de vista de adestrar criticamente os estudantes para terem conhecimento da história do pensamento da filosofia ocidental e oriental, poderem capacitar do ponto de vista da sua inteligência o raciocínio e mais do que isto é através da filosofia aonde vamos poder e os nossos mestres vão poder aprimorar a formação do ponto de vista dos valores.

Então, por isso, não sou favorável a retirada do projeto. Prefiro que a Assembléia vote e vote não. Gostaria que a Assembléia dissesse sim e que o governador do Estado recebesse lá o Reitor da Universidade, os pro-

fessores do ensino do segundo grau, tentassem convencer o governador, se o governador não quiser fazer neste ano, quiser um prazo de transição, nesta conversa junto com o governo do Estado, do ponto de vista de currículo, do ponto de vista de ensino, abre-se uma discussão.

Agora, se a Assembléia não votar esta discussão não vai acontecer, infelizmente a gente sabe que não vai acontecer. Então dizer para mim que vai prorrogar por dez sessões para depois não voltar ou para depois rejeitar o projeto sob qualquer argumento, porque do ponto de vista da Constituição não há nenhum óbice.

Estou aqui de posse da LDB, a legislação maior que diz respeito a educação, diz a LDB, senhores deputados, senhor presidente, no seu artigo 26, os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum - claro, é importante que unifiquemos a nível do território nacional um padrão do ponto de vista do acesso aos conhecimentos que a humanidade tem à sua disposição - então há um plano nacional comum - a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada - por que isto? Porque a LDB previu isto? Porque a história e a cultura do nordeste brasileiro não é a mesma história e não é a mesma cultura da região sul do nosso País.

Então, a grade curricular do nordeste, se assim entender o Estado de Pernambuco, assim entender o Estado do Acre, a tradição dos seringueiros e etc, etc, toda a grade do curso de história pode ser modificada do ponto de vista de atender as necessidade da relação que os homens, que a história tem naquele determinado espaço do território nacional. Então, o artigo 26 ele é um artigo extenso, tem vários incisos, e aí a assessoria do governo pode ver, compete ao Estado a possibilidade. Se não bastasse o artigo 26, o artigo 10 da LDB, isto aqui é aprovado no Congresso Nacional, isto aqui é a Constituição maior da educação no território nacional. Todas as diretrizes do Estado do Paraná tem que estar de acordo com a nova LDB que foi aprovada no Congresso Nacional.

Então, por isso prefiro, senhor presidente, não sei se tenho esta prerrogativa, porque retirar o projeto de pauta acho que compete ao autor do projeto. Mesmo que não compete ao autor, prefiro que o líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, diga para nós aqui o seguinte, não quero fazer um cavalo de batalha porque sou formado em filosofia, não me formei, fiquei apenas em duas dependências, aí tive um problema político na Universidade, tive que me afastar, sou formado em Letras pela Universidade Federal, e então sei da importância que tem a filosofia, pelo menos pretensamente, um pouco a importância da filosofia, e antigamente quando a nossa formação era a do clássico, do científico, tínhamos uma outra formação não tão tecnocrata na educação brasileira, o curso de

humanidades ele tinha uma grade curricular muito mais ampla. Quem estudou há 25 anos atrás, 30 anos atrás e fez o curso secundário e o curso de ensino médio no território nacional, sabe do que estou falando e de quanto era importante estudar Latim, Línguas, Filosofia - a carga horária é maior de História e Geografia nos ensinos médio e fundamental da nossa sociedade.

É uma maneira de pelo menos corrigir e abrir um diálogo e se a Assembléia não aprovar, o diálogo não será aberto com a Secretaria de Educação e com o governo do Estado. E se a Assembléia aprova, pelo menos há a possibilidade do diálogo. Não vai se fazer um cavalo de batalha. O governador não vai deixar de ser mais ou menos governador, porque não quis neste ano aprovar a obrigatoriedade do ensino de filosofia, para o próximo ano que vem ou para daqui a uns próximos dois anos, nas escolas de ensino médio do Estado do Paraná.

Aliás precisa-se ter um curso de transição, porque mestres capacitados, para ministrar essas aulas, são muito poucos ainda, precisa-se ter um prazo de transitoriedade. Isso, no processo de regulamentação da lei é bastante possível.

Peço ao líder do Governo que retire o projeto, pode orientar, se quiser, a sua bancada a votar negativamente ao projeto, que não vou ficar nem um pouco triste. Porque vou ficar triste e prefiro que a gente não se iluda e adote a prática dizendo o seguinte: olha, não dá, não dá e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Continua em votação o requerimento. A Mesa orienta os senhores deputados que o autor do projeto pode retirá-lo, por sua vontade própria, qualquer outro deputado, segundo o requerimento, pode solicitar a retirada mediante a votação de Plenário. Consulto ao deputado Valdir Rossoni, se mantém o requerimento pedindo a retirada por dez sessões ou se colocamos já de imediato o projeto em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está em votação o requerimento, que solicita a retirada do projeto por dez (10) sessões.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem.

Está aprovado o requerimento. O projeto fica retirado por dez (10) sessões, pela vontade do autor do requerimento.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - Unescam. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 389/99**

Fica suprimido o Parágrafo Único do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 389/99.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Antonio Baratter, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier.

O projeto retorna à C.C.J., para parecer sobre a emenda.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundacentro - Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, no município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 983 a 986, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 987, de autoria do senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 988, de autoria do senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 990, de autoria do senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 992, de autoria do senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 993, de autoria do senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Antes de encerrarmos a presente sessão, esta Mesa deseja, em nome de todos os parlamentares, com assento nesta Assembléia, desejar profundos votos de felicitações ao deputado Ademir Bier que completa natalício no dia de hoje. Isso sempre é regozijo, porque sempre tenho dito: aniversário é aniversário de vida, e espero que tenhamos muita vida, todos nós.

(Aplausos)

O presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Nelson Justus, tem a honra de convidar Vossa Excelência para a sessão de amanhã, 15 horas, no Plenário desta Casa, para a Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro Ayrton João Cornelsen.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01, às 10 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 118/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 063, 226 e 289/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 147, 149, 153/2000;
e do Projeto de Resolução nº 018/2000.

Convido ainda os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga de títulos de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao engenheiro Ayrton João Cornelsen, a se realizar na quinta-feira, dia 01 às 15 horas.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril e dois mil, às catorze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Submeter à aprovação das contas da Paranáeducação e Paranácidade - Contratos de Gestão e as contas do governo do Estado do Paraná exercícios de 1995, 1.996, 1.997 e 1.998, havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Plauto Miró, que relatou a Proposição 26/99, que trata da prestação de contas sobre o Relatório Operacional do Contrato de Gestão celebrado entre o Serviço Social Autônomo EcoParaná e o governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1998, que após exaustiva apreciação concluiu pelo parecer - FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado pelos presentes. Excusou-se de apresentar o Parecer da Paranáeducação porque ainda faltam documentos para a conclusão do mesmo. Relatou então a Proposição 36/2000, que trata da prestação de contas do governo do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1.996, que acompanhando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, concluiu pela aprovação das contas apresentadas. Após apreciação dos senhores deputados presentes, todos optaram pela aprovação das mesmas, com Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. A seguir o senhor presidente da comissão, passou a palavra ao deputado Luiz Accorsi, que relatou a Proposição 37/2000, que trata da prestação de contas do governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1997, apresentando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois a matéria encontra-se justificada nas razões que acompanha a documentação. Foi apreciada pelo plenário presente que concluiu por sua aprovação. O senhor deputado Antonio Annibelli, relator das prestações de contas do governo do Estado do Paraná, exercícios de 1.995 e 1.998, não pode comparecer pois havia assumido outros compromissos anteriormente. Nada mais havendo a tratar. O senhor presidente encerrou a presente reunião, marcando a próxima para o dia 02 de maio de 2.000, às 14:00 horas, no mesmo local e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo senhor presidente da comissão, senhores deputados presentes à reunião e por mim que a secretariei.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesesseis dias do mês de maio de dois mil, às catorze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Submeter à aprovação das contas da Paranáeducação e Paranácidade e Eco Paraná - Contratos de Gestão e as contas do governo do Estado do Paraná exercícios de 1.995 e 1.998. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Antonio Carlos Baratter, que relatou a Proposição 41/2000, que trata do Relatório Operacional do Autônomo EcoParaná e a correspondente prestação de contas, relativas ao exercício financeiro de 1.999, que após apreciação opinou pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado pelos deputados presentes. A seguir, o mesmo deputado relatou a Proposição 42/2000 que trata do relatório circunstanciado sobre a execução dos planos, programas, projetos, atividades de produtos e serviços do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, relativo ao exercício financeiro de 1.999, e estando de acordo com a legislação vigente optou pela sua aprovação dando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO à referida Proposição, que foi aprovada por unanimidade por todos. As demais Proposições não foram relatadas por não terem ainda seus documentos complementados ou pelo relator não estar presente à reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da comissão encerrou a reunião, marcando a próxima para o dia 23 de maio de 2000, mesmo horário, mesmo local e, para constar e exercer os efeitos legais eu, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo presidente da comissão, senhores deputados presentes e por mim que a secretariei.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar

Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final ao Projetos de Lei nºs 587/99, 611/99, 631/99, 125/2000, 126/2000, 127/2000 e 139/2000, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotto Maior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio e dois mil, às catorze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Submeter à aprovação das contas da Paranáeducação e Paranácidade - Contratos de Gestão e as contas da Paranáeducação, Paranácidade Contrato de Gestão e as contas do governo do Estado do Paraná exercícios de 1.995 e 1.998. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Luiz Accorsi, que relatou a Proposição 39/2000, que trata do Relatório Operacional do Serviço Autônomo Paranácidade e a correspondente prestação de contas, relativas ao exercício financeiro de 1999, e estando de acordo com a legislação vigente optou pela sua aprovação dando Parecer FAVORÁVEL - APROVADO à referida Proposição, que foi aprovada por unanimidade por todos. As demais Proposições não foram relatadas por não terem ainda seus documentos complementados ou pelo Relator não estar presente à reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da comissão encerrou a reunião, marcando a próxima para o dia 06 de junho de 2.000, mesmo horário e mesmo local e, para constar e exercer os efeitos legais eu, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo presidente da comissão, senhores deputados presentes e por mim que a secretariei.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Luiz Carlos Zuk apresentou redação final ao Projetos de Lei nºs 118/2000, 121/2000, 122/2000 e 142/2000, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MAIO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Ademir Bier e Nelson Tureck.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n 587/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia na localidade de Cachoeira, no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 631/99, de autoria do deputado Carlos Simões, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Nilso Romeu Sguarezzi. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 125/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/00, de autoria do deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo Empresarial de Apoio ao Atleta Profissional -Geapec, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/00, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do distrito de Alecrim, com sede e foro no município de Curiúva. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para comunicar a Casa que a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado instalou sessão ontem na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba, iniciando os trabalhos por volta de 17 horas e encerrando por volta de 22, 22h30, com a Câmara Municipal completamente lotada, num trabalho que foi bastante frutífero para a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado.

Hoje pela manhã, sob a Presidência do deputado Cesar Seleme, participamos da CPI do Roubo de Cargas, também uma sessão bastante frutífera para que esta CPI possa também desenvolver seu trabalho e da qual este parlamentar faz parte.

Em seguida participamos da Comissão de Educação desta Casa, presidida pelo deputado Irineu Colombo e quero comunicar a Casa que daqui a pouco estaremos seguindo para Maringá, para instalar a CPI do Narcotráfico.

Permanecendo naquela cidade até amanhã, às 19 horas. É a satisfação que quero dar a esta Casa dos trabalhos que a comissão está realizando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.